

**ANDATA**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA E AMPARO AO TRABALHADOR ACIDENTADO

Junte-se ao Processado

em

Presidente da CCI

**EXMO. SR. SENADOR RELATOR DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA DO
SENADO FEDERAL DA REPUBLICA DO BRASIL**

DA VIOLAÇÃO DO **ARTIGO 60º § 4ª INC. IV DA CF DE 1988** AO INCLUIR O ACIDENTE DO TRABALHO NA **PEC 127/2015**.

A ANDATA, Associação sem fins lucrativos composta de Sindicalistas e Advogados que atuam nas causas acidentárias, causas de operários que no exercício de seu labor adquiriram sequelas incapacitantes, e já padecem pelas inovações trazidas pelas alterações da lei 8213/91, que **violam cláusulas Pétreas da CF de 1988 , bem com o Pacto de San Jose da Costa Rica.**

O deslocamento de competência do Acidente do Trabalho para vias judiciais incompatíveis com a vasta dilação probatória, e que não respeitam a prescrição vintenária, bem como oneração dos obreiros, uma vez que as doenças ocupacionais são males silenciosos, que na maioria dos casos, se manifestam décadas após a exposição de agentes nocivos, biológicos e insalubres.

Na prática das ações acidentárias, quem miita na área sabe que na maioria dos casos os trabalhadores só detectam a patogenia laboral décadas após a exposição, quando as empresas insalubres já encerraram suas atividades e explorações nas Comarcas.

O PÓ NOSSO DE CADA DIA

Em Jundiaí em São Paulo, as empresas Ceramistas foram alvo de uma grande mobilização por parte dos Sindicatos de Classe, que produziu um documentário intitulado " O Pó nosso de cada dia" onde trabalhadores sem capacidade pulmonar, asfixiavam e agonizavam diariamente, em razão da exposição ao pó de sílica, adquirindo pneumoconiose, a qual atingia seu estágio mais avançado décadas após o encerramento das atividades das empresas das Cidades de Osasco, Mauá e Jundiaí.

O documentário foi levado a OIT, o que gerou mudanças significativas na área do Direito Infortunística do Brasil.

A ELITE PAULISTA

Erroneamente a luta pela revisão de mudanças na lei 8213/91 bem como a manutenção d matéria acidentária tal qual está lançada em nossa carta Magna de 1988, é entendida como um "capricho" da Elite Paulista, mas o movimento encabeçado por entidades representativas ligadas ao Direito Acidentário não se limita ao território Paulista.

São Paulo foi o primeiro polo industrial e tecnológico do Brasil, mas hoje não é o único, e o movimento pela defesa destes Direitos Fundamentais dos Trabalhadores estão presentes em Nova Lima (extração de Ouro pela MORRO VELHO), Mariana depois da Tragédia da Vale do Rio Doce, e Belo Horizonte em Minas Gerais, no Sul e Norte do Estado do Rio de Janeiro e no Polo de Camaçari na Bahia.

Os Paulistas apenas se imitam a transmitir as experiências adquiridas na industrialização de vanguarda, seus reflexos e impactos sociais, para os novos polos industriais que se instalam pelo país, e sem os cuidados, ceifam a saúde dos trabalhadores, exatamente como ocorreu com os Paulistas décadas atrás.

MUDANDO PARA PIOR

A medida Provisória 1596-14/97 , reeditada convertida na Lei 9528 de 10/12/97 colocou o acidentado à margem da proteção previdenciária estatal ,é inconstitucional ,pois não se harmoniza com as garantias estabelecidas na lei maior , entre elas as do art. 7º, incisos XXIV e XXVIII da Carta de 1988. Ademais, a discriminação trazida pela nova redação dos parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 86 da Lei 8213/91 – ao excluir o aposentado acidentado de seus direitos adquiridos , afronta também o princípio constitucional da isonomia , previsto no art. 5º , caput da CF/88, pois , do ponto de vista essencial – os acidentados são deficientes físicos de origem laborativa , que necessitam dos mesmos cuidados e da mesma proteção estatal dispensada aos demais deficiência físicos protegidos pela Constituição e por isso a manutenção do auxílio-acidente que a lei lhe assegura quando padecem de infortúnio laboral

Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.PEC Nº 127 DE 15
fl(s). 64 W



ANDATA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA E AMPARO AO TRABALHADOR ACIDENTADO

MOTIVOS DE DIREITO PARA A REVISÃO DA PEC 127/2015 NA CCJ

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Artigo 5º - Direito à integridade pessoal

1. Toda pessoa tem direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

IV - os direitos e garantias individuais.

OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES INSALUBRES PERIGOSAS E PENOSAS HOJE SÃO OBRIGADOS A OPTAR POR UM DOS DOIS DIPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS, PELA ERRONEA INTERPRETAÇÃO DE LEI ORDINARIA, E O DESLOCAMENTO PARA JUSTIÇAS COMO A FEDERAL OU DO TRABALHO SÓ IRÃO AGRAVAR O DANO, POIS FICARÁ CADA VEZ MAIS DIFÍCIL DISTINGUIR AUXÍLIO ACIDENTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, ESBARRANDO NA VEDAÇÃO A CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS, BEM COMO INCIDIRÁ EM PREJUÍZO DESTES TRABALHADORES, A PRESCRIÇÃO DE DOIS ANOS, PREVISTA NA CLT.

Face ao exposto

Roga pelas providências desta Comissão de Constituição e Justiça.

Brasília, 27 de Abril de 2016.

Antonio Jose de A. Rebouças
OABSP 24.413

Cibele Carvalho Braga
OABMG 98.511

Rubens Rodrigues Francisco
OABRJ 189859

Marcelle Menezes Maron
OABBA 12.324

Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.

PEC Nº 127 DE 15
65 W7



ANDATA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA E AMPARO AO TRABALHADOR ACIDENTADO

**EXMO. SR. SENADOR RELATOR DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA DO SENADO FEDERAL DA REPUBLICA DO BRASIL**

MANIFESTO PELA RETIRADA DO ACIDENTE DO TRABALHO NA PEC 127/2015

Os subscritores do presente Manifesto, na qualidade de Magistrados das Varas Especializadas de Acidentes do Trabalho por todo país, Sindicalistas de entidades representativas de Trabalhadores submetidos a condições insalubres, perigosas e penosas, e Parlamentares que estão sensibilizados com a causa destes operários que no exercício de seu labor adquiriram sequelas incapacitantes, e como deficientes físicos amargam o desamparo legislativo, e sofrerão mais ainda com o deslocamento de competência sem a transição requerida nas emendas não admitidas por esta nobre Relatoria.

Assim os subscritores rogam pelo destaque da matéria acidentária, e deste modo seja retirada do texto da **PEC 127/2015**, o deslocamento de competência do **Acidente do Trabalho** para vias judiciais incompatíveis com a vasta dilação probatória, e que não respeitam a prescrição vintenária, uma vez que as doenças ocupacionais são males silenciosos, que na maioria dos casos, se manifestam décadas após a exposição de agentes nocivos, biológicos e insalubres, e em muitos casos as empresas já nem existem mais.

Brasília – DF , Senado Federal em 27 de Abril de 2016.



5ª Vara de Acidentes do Trabalho
da capital de São Paulo.

[Signature]
Juiz de Direito da
Vara de Acidentes do Trabalho

[Signature]
Antonio do Socorro Ramalho
RG 7.652.303-2
Presidente
Sindicato



[Signature]
Daniel Grandolfo
Presidente
SINDASIP

[Signature]
5ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital - S.P.



SINDMETAL-AN
Rio de Janeiro

SINDIFERRO CUT FITF
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES
FERROVIÁRIO E METROPOLITANO DOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

[Signature]
2ª Vara de Acidentes do Trabalho
Capital

Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.
PEC Nº 127 DE 15
Art. 66 W



ANDATA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA E AMPARO AO TRABALHADOR ACIDENTADO

**EXMO. SR. SENADOR RELATOR DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA DO SENADO FEDERAL DA REPUBLICA DO BRASIL**

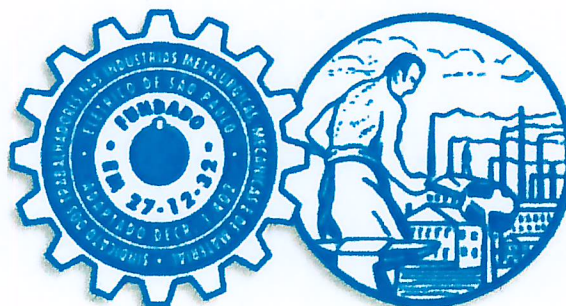
MANIFESTO PELA RETIRADA DO ACIDENTE DO TRABALHO NA PEC 127/2015

Os subscritores do presente Manifesto, na qualidade de Magistrados das Varas Especializadas de Acidentes do Trabalho por todo país, Sindicalistas de entidades representativas de Trabalhadores submetidos a condições insalubres, perigosas e penosas, e Parlamentares que estão sensibilizados com a causa destes operários que no exercício de seu labor adquiriram sequelas incapacitantes, e como deficientes físicos amargam o desamparo legislativo, e sofrerão mais ainda com o deslocamento de competência sem a transição requerida nas emendas não admitidas por esta nobre Relatoria.

Assim os subscritores rogam pelo destaque da matéria acidentária, e deste modo seja retirada do texto da **PEC 127/2015**, o deslocamento de competência do **Acidente do Trabalho** para vias judiciais incompatíveis com a vasta dilação probatória, e que não respeitam a prescrição vintenária, uma vez que as doenças ocupacionais são males silenciosos, que na maioria dos casos, se manifestam décadas após a exposição de agentes nocivos, biológicos e insalubres, e em muitos casos as empresas já nem existem mais.

Brasília – DF , Senado Federal em 27 de Abril de 2016.

Dr. P. Paulo Pereira da Silva



Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.

PEC Nº 127 DE 15

Art. 67 W

**ANDATA**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA E AMPARO AO TRABALHADOR ACIDENTADO

EXMO. SR. SENADOR JOSE MARANHÃO PMDB- PB RELATOR DA PEC 127/15 –**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA DO SENADO FEDERAL DA REPUBLICA DO BRASIL****Junte-se ao Processado****em****Presidente da CCJ**

Para Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania; sobre a violação do art. 60º §4º inc. IV da CF de 1988, Sugestão de alteração do parecer protocolado sob o nº SF/ 16041.33079-86. Adequação da emenda nº 4, transição que se limitaria às causas Judiciais do Acidente de Trabalho em Tramite nas Justiças Estaduais, justificativa de cautela a hipótese de grande impacto social contra trabalhadores sequelados em razão do labor.

Referência - PELA RETIRADA DO ACIDENTE DO TRABALHO NA PEC 127/2015

A ANDATA, Associação de defesa de Direitos Sociais protocolizou junto a CCJ do Senado Federal, Manifestos de Magistrados das Varas Especializadas do Acidente do Trabalho por todo o país, Sindicalistas de entidades representativas de Trabalhadores submetidos a condições insalubres perigosas e penosas, e irão sofrer mais ainda com o deslocamento de competência sem a transição requerida nas emendas não admitidas por esta nobre Relatoria.

Portanto, com fulcro no art. 58º § 2º inc. 2º combinado com art. 1º inc. III da CF de 1988, princípio basilar do Estado Democrático de Direito, suplica ao Nobre Relator, que, a vista dos acontecimentos em curso no País, com o tramite de Impeachment inviabilizando as mobilizações das entidades ligadas as causas Operárias, que de ofício, constatado o insanável vício constitucional, retire a matéria acidentaria do texto da PEC 127/15.

Subsidiariamente, para melhor análise da matéria, que terá nefasta repercussão social por ser questão de saúde pública e o bem inalienável a saúde, a vida do trabalhador, no esteio do artigo 58º §2º inc. 2º da CF de 1988, convoque audiência Pública para discutir o tema com as entidades representativas dos Direitos dos Trabalhadores vitimados por acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais.

Alternativamente, retirada do voto SF/ 16041.33079-86, para reapreciar a Emenda 4ª, *Ad cautelam*.

Brasília, 27 de Abril de 2016.

Antonio Jose de A. Rebouças
OABSP 24.413
Cibele Carvalho Braga
OABMG 98.511
Rubens Rodrigues Francisco
OABRJ 189859Marcelle Menezes Maron
OABBA 12.324

Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.
PEC Nº 127 DE 15
fl(s). 68 w